

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

PEDRO HENRIQUE RAMOS CABRAL

O nacionalismo brasileiro na égide do Estado Getulista

BRASILIA, 2016

Pedro Henrique Ramos Cabral

O nacionalismo brasileiro na égide do Estado Getulista

Monografia apresentada para obtenção do grau de bacharel em Ciência Política na Universidade de Brasília.

Professor orientador: Prof. Dr. Paulo César

Nascimento

Examinador:

Professor Dr. Paulo César Nascimento

(Universidade de Brasília)

Brasília, 2016

AGRADECIMENTOS

- Primeiramente a Deus, à minha mãe, mãe exemplar, à minha namorada, sempre tão amável e companheira, sempre ao meu lado, e à minha família, que, juntamente com todas estas pessoas, sempre acreditou em mim e esteve ao meu lado nesta caminhada;
- Aos professores do IPOL que tive a honra de ter ao longo desses anos, em especial ao professor Paulo César Nascimento, tanto pelas aulas que tive na graduação, tanto pela atenção e comprometimento que sempre demonstrou para com os alunos;
- Aos amigos que pude fazer nessa jornada.

Deixo aqui o meu muito obrigado.

RESUMO

CABRAL, P. H. R. **O nacionalismo brasileiro na égide do Estado getulista**. Brasília. 2016. Monografia em Ciência Política – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília.

O presente trabalho tem como objetivo analisar o nacionalismo brasileiro durante o governo de Getúlio Vargas, dos anos 1930, com o início do governo provisório até 1945, ano de sua renúncia. Para tal, procurou-se analisar o nacionalismo desenvolvido no período à luz de teorias do nacionalismo já existentes. O primeiro capítulo deste presente trabalho apresenta três grandes teorias do nacionalismo, a de Eric Hobsbawm, a de Ernest Gellner trazendo e abordando os conceitos de sociedade agro-letrada e sua passagem para sociedade industrial avançada; e a de Benedict Anderson, em seu conceito de comunidade imaginada. O segundo capítulo trata brevemente do desenvolvimento do nacionalismo na América espanhola e portuguesa e como se deu o panorama de criação do nacionalismo no Brasil. O terceiro capítulo trata do nacionalismo na Era Vargas, seu desenvolvimento desde os primeiros anos até a chegada de sua forma mais distintiva, iniciada com a instauração do Estado Novo. O quarto capítulo apresenta as conclusões finais do trabalho.

Palavras-chave: nacionalismo; Era Vargas; Estado Novo, nacionalismo na América, desenvolvimento do nacionalismo, comunidade imaginada, sociedade agro-letrada, sociedade industrial avançada.

ABSTRACT

The current work has as its goal to analyse the Brazilian nationalism during President Getúlio Vargas's office, from the 30's, starting with the provisional office, until 1945, year he renounced. For this purpose, this work aimed to analyse the nationalism developed in the period based on existing theory. The first chapter presents three theories of nationalism, the one present in Eric Hobsbawm, Ernest Gellner discussing about the concepts of the agro-literate and industrial societies; and Benedict Anderson and the theory of the imagined community. The second chapter aims the brief analyses of the development of nationalism in the Spanish and Portuguese Americas and how it was created particularly in Brazil. The third chapter presents the nationalism in the Vargas Era, its development since the first years until the forming of its most distinguishing facet, started with the instauration of Estado Novo. The fourth chapter presents the final conclusions of this work.

Keywords: nationalism; Vargas Era; Estado Novo, nationalism in America, development of the nationalism, imagined community, agro-literate society, industrial society.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	7
CAPÍTULO 1 – TEORIAS DO NACIONALISMO	8
1.1. Nacionalismo: uma criação moderna.....	8
1.2. A nação como uma comunidade imaginada.....	11
1.3. O nacionalismo: da sociedade agro-letrada para a industrial avançada.....	12
CAPÍTULO 2 – A CHEGADA À AMÉRICA.....	18
2.1. Uma breve análise dos caminhos do nacionalismo na América espanhola e portuguesa no século XIX.....	18
CAPÍTULO 3 – O nacionalismo no Brasil.....	21
3.1. O caso brasileiro.....	22
3.2. O nacionalismo nos primeiros anos da Era Vargas.....	24
3.3. Igreja, educação e nacionalismo.....	27
3.4. Fascismo e comunismo.....	29
3.5. O Estado Novo e o auge do nacionalismo.....	31
3.6. O nacionalismo e as relações exteriores brasileiras.....	32
3.7. O nacionalismo e a Guerra.....	34
3.8. O nacionalismo como força motriz.....	35
3.9. O fim do Estado Novo e o nacionalismo.....	38
CAPÍTULO 4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
4.1. As teorias e o caso brasileiro.....	39
BIBLIOGRAFIA.....	42

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente trabalho tem como objetivo apresentar teorias do nacionalismo e aplicá-las ao caso brasileiro, possibilitando uma análise que permeie diferentes variáveis e formas de se abordar este tema tão frutífero. Este trabalho está dividido em quatro capítulos.

O primeiro capítulo trata, basicamente, de teorias do nacionalismo. Nesta primeira parte, trabalhos de teóricos como Hobsbawm (1990), Nascimento (2003), Gellner (2000) e Anderson (1991) são mobilizados a fim de representarem o marco teórico com o qual se fará a análise do nacionalismo brasileiro durante a Era Vargas.

O segundo capítulo aparece como uma breve apresentação do nacionalismo na América do Sul, suas particularidades em comparação à sua modalidade europeia. Neste capítulo saliento já algumas particularidades do caso brasileiro, a qual aprofundo no capítulo subsequente.

O terceiro capítulo foca-se no estudo do caso brasileiro. Apresento uma nova conceituação sobre o nacionalismo, de Ludwig Lauerhass (1986), estudioso do período Vargas. Neste capítulo o nacionalismo é analisado nas políticas educacionais, trabalhistas, as relações com a igreja católica, a política externa, a participação na segunda guerra, o auge do autoritarismo no Estado Novo e seu subsequente comprometimento com a queda de Vargas (LAUERHASS, 1986).

O quarto capítulo destina-se a aplicação das teorias ao caso brasileiro, sem deixar de levar em consideração as peculiaridades do Brasil.

Como poderá ser visto, a partir da análise das definições que serão apresentadas neste trabalho, o conceito de “nação” e de “nacionalismo” não se encontram esgotados na literatura e nos mais diversos estudos sobre os temas. O nacionalismo por si só já apresenta, como ponto comum entre estudiosos, ainda uma vasta área de análise a ser percorrida e exaurida. Assim sendo, o estudo do nacionalismo brasileiro também apresenta vasta área de exploração e análise.

Em suma, a proposta deste trabalho é apresentar importantes teorias do Nacionalismo, aplicá-las ao caso brasileiro, mais especificadamente na Era Vargas, tida como auge do nacionalismo brasileiro (LAUERHASS, 1986) e possibilitar a análise deste fenômeno à luz de diferentes marcos teóricos.

CAPÍTULO 1 – TEORIAS DO NACIONALISMO

1.1. Nações e nacionalismos: uma criação moderna

O conceito de nação, assim como o de nacionalismo forjou-se, no sentido em que hoje o interpretamos, segundo Hobsbawm (1990), na modernidade (HOBSBAWM, 1990:27). Ao longo dos anos, o termo sofreu significativas alterações. Por exemplo, em 1884, a palavra *nación* costumava designar apenas “o agregado de habitantes de uma província, de um país ou de um reino” (*Idem*). Porém, o autor utiliza como hipótese inicial que a nação é um corpo de indivíduos, “suficientemente grande”, que se consideram membros desta nação (HOBSBAWM, 1990:17).

Hobsbawm (1990) ao apresentar o seu conceito de nacionalismo, define-o como um princípio que concebe a unidade política e nacional como sendo congruentes (HOBSBAWM, 1990:18), assim, o dever político de um povo de um país “A” em relação à sua organização política que representa a sua nação sobrepõe-se às suas outras obrigações públicas (*Idem*). Ou seja, o nacionalismo seria o reconhecimento de um dever político para com uma nação (esta já existente ou não) a qual o indivíduo enxerga-se como participante, colocando a defesa deste dever em patamar de maior importância sobre outros interesses (HOBSBAWM, 1990:18-9).

O estudo do conceito de nação e nacionalismo, segundo Hobsbawm (1990) encontra-se situado na era moderna, na era do “Estado-nação”. Assim, a nação, segundo o autor, não poderia ser entendida como uma forma inerente e pré-existente à organização social. Neste sentido, o nacionalismo e o Estado antecedem a formação das nações, formando-as, e não o oposto (HOBSBAWM, 1990:18-19). Por sua vez, o processo de formação das nações dar-se-ia de forma dual, segundo o autor: as nações seriam feitas essencialmente “pelo alto”, mas para entendê-las seria necessária uma análise “de baixo”, tomando em consideração os interesses das pessoas comuns, e não somente daquelas encarregadas de se pensar “a questão nacional” ou de dirigentes do governo. A opinião pública, as manifestações sociais, as greves, os interesses particulares, entre outros, têm muito a dizer sobre as nações (*Idem*).

Podemos apontar, como conceito de relevada importância, na ascensão do nacionalismo ao longo dos séculos, o de laços protonacionais. Estes seriam os sentimentos de vínculo a uma nação que seriam mobilizados por um Estado ou um movimento nacional, de forma a ajustá-lo a essa nação e a esse Estado moderno. Tais

laços protonacionais, segundo Hobsbawm (1990) poderiam apresentar-se de duas formas: a primeira, a partir de formas supralocais de identificação popular, que poderiam extrapolar espaços reais onde as pessoas teriam vivido suas vidas, como por exemplo, como citado pelo autor, a imagem da Virgem Maria, que liga fieis de diferentes e longínquas localidades; e a segunda seria o dos laços e vocabulários políticos presentes a um estrato social mais diretamente ligado ao Estado e às instituições. Estes poderiam ser alargados e popularizados (HOBBSAWM, 1990 [2013] p. 70). Porém, segundo o autor, é necessário diferenciar o protonacionalismo do nacionalismo moderno. O primeiro, ao contrário do segundo, não exerceu necessariamente relação com a unidade política territorial, ou seja, no protonacionalismo não haveria (pelo menos não claramente) a congruência entre a unidade política e a nacional na forma de um Estado (*Idem*).

A identidade nacional é um tema, também, analisado por Hobsbawm (1990). Porém, segundo ele, ela seria combinada com outros tipos de identidade, mesmo que seja tida como superior a elas. Segundo o autor, o ser social seria composto por variadas identidades. Neste aspecto, uma mesma nação pode abranger uma ampla variedade de identidades. Peguemos como exemplo o Brasil, cujas dimensões e processos de ocupação territorial ao longo de sua história geraram substanciais particularidades, que por sua vez influenciaram a criação de identidades em suas regiões. Consequentemente, identidades surgiram deste processo, por exemplo, e no decurso do tempo estão sujeitas a se modificarem ou darem lugar a outras (HOBBSAWM, 1990:20).

A nação, então, seria composta por estas identidades diversas (embora a nacional esteja presente, sem necessariamente ser a única delas) sem deixar de possibilitar um reconhecimento entre seus indivíduos. Neste aspecto, Hobsbawm utiliza-se da noção de a nação ser uma “comunidade imaginada”, tal como descrita por Benedict Anderson (1991). A próxima seção explorará esta visão mais detalhadamente. Mas vale já mencionar que, nesta comunidade imaginada, os indivíduos imaginam o restante dos participantes da nação, embora possam possuir experiências, geralmente, mais restritas a uma dada região geográfica que, devido ao seu tamanho, não possa abranger a totalidade do território da nação. Assim, todos os indivíduos são interconectados e presentes em uma linearidade no tempo. Ou seja, por mais que um indivíduo do Sul do Brasil não veja ou conviva corriqueiramente com um indivíduo do interior do Nordeste, ambos não duvidam da existência do outro, embora nem sequer se conheçam (HOBWSBAWM, 1990:74; ANDERSON, 1991:25).

Hobsbawm, ao explorar esse caráter imaginativo da nação reveste de importância os ícones, por exemplo, as bandeiras, os hinos e os símbolos visíveis, que possibilitariam “ver o que não pode ser visto” (HOBSBAWM, 1990:73). As horas cívicas nas escolas, ao incentivarem as crianças a entoarem o hino nacional, facilita a visualização da nação, assim como, por exemplo, a propaganda eleitoral em uma disputa para presidente. Mais deste caráter imaginativo será abordado na próxima parte deste capítulo.

Um curioso ponto levantado por Hobsbawm (1990) é o de as línguas, em geral, serem construtos semiartificiais. Segundo ele, elas seriam o oposto do que o nacionalismo pretende que o sejam; no caso, as bases da cultura e mentalidade nacionais (HOBSBAWM, 1990:77-8). Ou seja, estas seriam praticamente inventadas. Este ponto é utilizado pelo autor para apontar para a dificuldade em se visualizar reais “línguas nacionais”, antes de se processar uma educação primária geral (*Idem*). As ditas línguas nacionais, seriam, no melhor dos casos, idiomas administrativos ou literários. A comunicação oral, a ser feita por uma única língua oficial, só encontraria reais possibilidades para sê-lo com a generalização da educação, do contrário, os idiomas estariam sujeitos a alterações e a uma área geográfica limitada, dentro de um mesmo Estado, como foi o caso da Itália do século XIX, para citar um exemplo, quando da unificação em 1860 que apenas 2,5% da população utilizava a língua italiana cotidianamente (HOBSBAWM, 1990: 85).

Um conceito abordado por Hobsbawm (1990) e também por Nascimento (2003) é o de nacionalismo cívico. Segundo os autores, este tipo de nacionalismo seria inclusivo, onde a cidadania e a incorporação de um cidadão à nação não se daria meramente por questões de raça, língua falada ou ancestralidade. Nas palavras de Nascimento (2003):

“Nessa concepção de nação, o que torna um indivíduo cidadão não é a língua que ele fala nem o lugar de onde é proveniente, mas a adesão aos princípios políticos da soberania popular e do governo representativo” (NASCIMENTO, 2003:42)

Outro importante conceito trazido por Nascimento (2003) é o de nacionalismo étnico. Este diferentemente do cívico, seria menos “democrático”, uma vez que seria menos inclusivo, pois basearia em critérios étnicos primordiais (NASCIMENTO, 2003:43). Um exemplo ilustrativo disso é a importância dada à raça e a cultura alemãs no processo de formação de sua nação (*Idem*).

Um ponto importante levantado por Hobsbawm (1990) é o de que as nações geralmente são mais a consequência de um Estado estabelecido do que a sua fundação (HOBSBAWM, 1990:104). Ou seja, segundo o autor, as nações formar-se-iam como tais após a criação do Estado e não o contrário. Porém, vale ressaltar, que o autor aponta que a mera criação de um Estado, em si, não é suficiente para a criação de uma nação (HOBSBAWM, 1990:105).

Acerca disto, uma passagem do autor é bastante elucidativa:

“Um patriotismo puramente baseado no Estado não é necessariamente ineficaz, desde que a própria existência e funções do Estado-cidadão territorial moderno constantemente envolva habitantes em seus assuntos e, inevitavelmente, forneça uma “paisagem” institucional e processual diferente de todas as outras e que seja o cenário de suas vidas, por ele amplamente determinadas” (HOBSBAWM, 1990: 122)

A partir deste ponto podemos notar a necessidade de o Estado incluir constantemente os seus cidadãos em seus assuntos. Alguns laços que trariam ligação aos cidadãos, por exemplo, são: o serviço militar, o correio, os tributos e as comunicações (HOBSBAWM, 1990:117). Há uma necessidade de se buscar a lealdade dos cidadãos, onde os “excluídos devem entrar no jogo” (*Idem* :117-8).

1.2. A nação como uma comunidade imaginada

Benedict Anderson define a nação como uma comunidade política imaginada, sendo também “intrinsecamente limitada e soberana” (ANDERSON, 1991 [2011] p. 25). O caráter imaginativo da nação dar-se-ia devido ao fato de nem os membros de uma pequena nação poderem conhecer-se mutuamente, ou seja, nesta nação, seja pequena ou grande, os membros dela participantes não se conheceriam, mas em suas mentes existiria a imagem de sua comunhão. As limitações da nação dizem respeito a seu aspecto geográfico finito, como, por exemplo, as fronteiras, que as separam. A soberania da nação diz respeito à própria soberania de seu Estado (*Idem*).

O processo de formação deste caráter imaginativo, formador das nações, em muito deveu-se ao desenvolvimento dos meios de comunicação em massa, para citar exemplos

básicos, o jornal e o romance (ANDERSON, 1991:46-7). Em um romance, por exemplo, as personagens ligam-se e, embora algumas nem mesmo se conheçam, encontram-se relacionadas de alguma forma, seja por laços com pessoas em comum, seja por compartilhamento de características estruturais (estudam na mesma escola, moram na mesma cidade, vão ao mesmo bar, para citar alguns exemplos). O jornal apresenta, no mesmo sentido, fator possibilitador do caráter imaginativo das nações. Uma notícia de alcance nacional embora possa sensibilizar indivíduos de formas distintas, acaba por agrupá-los como o grupo nacional, a qual a notícia adquire sentido e direção a ser passada (ANDERSON, 1991:47).

Anderson (1991 [2011]), sem esgotar exhaustivamente as causas que levaram à possibilidade de se pensar a formação das nações enquanto comunidades imaginadas, sugere e aborda o “capitalismo de imprensa” como fator de destaque neste processo (ANDERSON, 1991 [2011] p. 65). Com a “fatalidade” da diversidade de línguas, aliada ao sistema de produção capitalista (mais precisamente no que tange a produção em larga escala para os mais diversos mercados) e ao desenvolvimento da tecnologia de comunicação (a imprensa), a veiculação de informações, seja em livros e jornais, por exemplo tomou proporções sem precedentes. Ou seja, a diversidade linguística, aliada ao capitalismo e ao desenvolvimento da tecnologia da imprensa, favoreceu o processo de formação das modernas comunidades imaginadas (ANDERSON, 1991 [2011] p. 74).

1.3. Nacionalismo: da sociedade agro-letrada para a industrial avançada

Ernest Gellner (2000) ao analisar e organizar sua explicação sobre o nacionalismo o faz segundo um modelo em específico. O autor apresenta o conceito como sendo o princípio político que relacionaria de forma congruente o Estado e a nação, na ideia de que esse Estado exercesse autoridade sobre essa nação. Porém, no processo de formação do nacionalismo e da ideia de nação, Gellner (2000) diferencia dois tipos básicos de sociedade: a agro-letrada e a industrial avançada. (GELLNER, 2000:108) A partir disto a argumentação foca-se na análise e comparação da estrutura e na cultura destes tipos de sociedade que possibilitariam entendermos a origem do nacionalismo.

Embora as categorias do modelo utilizado por Gellner (2000) encontrem-se em número reduzido (apenas dois tipos de sociedade), a análise que é possível fazer a partir

do emprego de tal modelo ainda apresenta-se como, em muito, útil e elucidativa. Com certeza podemos apontar restrições, dada a diversidade de organizações sociais, as mais variadas formas de construção e variados processos que diferenciem sociedades das mais plurais maneiras. Porém, como instrumento analítico, principalmente para os objetivos deste trabalho acadêmico, o modelo de Gellner e suas contribuições teóricas são de grande valia.

Partindo então para a análise utilizando as contribuições teóricas de Gellner, é preciso definir os dois modelos sociais apresentados pelo autor. O primeiro seria a sociedade agro-letrada. Neste modelo, a sociedade seria baseada na agricultura e pastoreio. Seria dotada de tecnologia estável, ou seja, sem grandes incrementos constantes, embora estes possam ocorrer de tempos em tempos. A relação com a natureza é de parceria estável, onde seria possível obter da primeira constante provisão de bens. A visão, portanto, não seria a de um domínio crescente da natureza (GELLNER, 2000:108)

Com a estabilidade tecnológica, a quantidade de produção seria equilibrada. Assim, produzir além do necessário não seria o objetivo dos indivíduos. Porém, um valor típico desta sociedade seria o título de “nobre”, que seria a combinação de vocação militar e status elevado (GELLNER, 2000:108) Portanto, estar bem situado na escala hierárquica seria o objetivo dos indivíduos e não meramente o aumento de sua produção.

Há um segundo traço presente neste primeiro tipo de sociedade, decorrente da estabilização tecnológica e do aumento da população: a condição malthusiana, que seria representada pelas limitações de aumento da produção de alimentos, de um lado, e pelo aumento da população, de outro. Como neste tipo de sociedade é valorizada a “prole” (com mais atenção neste caso à masculina, segundo o autor) como recurso de força de trabalho e de defesa militar, uma vez que os recursos (que são limitados) são armazenados e controlados socialmente pelos indivíduos melhor situados hierarquicamente, aqueles em posição social inferior, em uma crise de abastecimento ou diminuição relativa de provisões entre os indivíduos (produção estável sem grandes crescimentos e aumento da população: condição malthusiana), seriam aqueles que mais teriam dificuldade de acesso aos alimentos (GELLNER, 2000:108-110).

Assim, neste tipo de sociedade, a ideia de o “homem ser o seu posto” é a consideração mais importante para o indivíduo (*Idem*).

Para explicar como se manteve este primeiro tipo de sociedade, o autor utiliza-se de dois argumentos: a coerção e o consentimento. Ambos estariam presentes em ameaças

quando em tentativas de se alterar a ordem social ou na internalização de ideias que reforcem a legitimidade do sistema hierárquico desta sociedade, que seriam disseminadas a fim de se evitar qualquer desvio de sua organização (GELLNER, 2000:110). Gellner (2000) sustenta que ambos os fatores atuam de forma conjunta e que perceber qual seria mais destacado seria de tarefa difícil, porém haveria presença de um sistema ideológico, que combinando estes fatores, trariam a possibilidade de se transferir legitimação e estabilidade (Idem).

No segundo tipo de sociedade abordado pelo autor, a agro-letrada, por sua vez, o "homem é a sua cultura e/ou o seu saldo bancário" (GELLNER, 2000:110), o que confere aos postos maior efemeridade, permitindo ascensão ou declínio.

Outra característica da sociedade agro-letrada é o caráter excludente da educação. Como não há disseminação desta, os que a possuem diferenciam-se dos que não a possuem, o que os confere *status* intrinsecamente superior. Seja no uso de línguas mortas (faladas apenas entre restritos grupos) ou na capacidade de instruir-se a partir de registros escritos, a diferenciação entre a obtenção de conhecimento: "na prática" ou com educação formal, separa os indivíduos e os confere *status* diferenciado; o primeiro mais rudimentar e popular, enquanto o segundo mais rígido, formal, de menos acesso e de maior prestígio.

Gellner (2000) aponta que neste tipo de sociedade há uma tensão entre estas duas culturas, uma tida como superior e a outra como inferior. A partir destas tensões cria-se, neste tipo de sociedade, um *status quo* de difícil mobilidade, onde há poucos incentivos para mudança, seja pela vontade de se manter a diferenciação pelas classes dirigentes, rousando-se de um status que a diferencia naturalmente como superiores, seja pelo motivo de a própria cultura já provocar divisões marcadas na sociedade, estimulando, por exemplo distanciamento linguísticos. Segundo Gellner (2000), na Rússia do século XIX o uso do francês pela elite a diferenciava do grande restante da população; ao mesmo tempo que na Itália apenas 2,5% da população falava italiano de "forma correta" (GELLNER,2000:113)

Assim, Gellner (2000) conclui sobre a sociedade agro-letrada que a cultura presente nesta não estimula a formação de unidades políticas. O termo "nação" denota um "conjunto corporativo fraco" (GELLNER, 2000:114), que seria a aristocracia participante da política, excluindo-se o restante dos indivíduos. O termo nação refere-se a uma categoria política e não cultural de pessoas (Idem). A "nacionalidade", portanto, não encontra bases para se sustentar, uma vez que as redes culturais de grupos ou

indivíduos, no geral, não encontram mediação ou união, uma vez dada a diferenciação e o distanciamento cultural excludente existente. Formam-se assim unidades com compromissos e lealdades difusos, vagamente relacionados, se muito (*Idem*).

O segundo tipo de sociedade é denominado pelo autor como sendo o da sociedade industrial avançada. Inicialmente, como o próprio nome sugere, as relações de produção dão-se de forma distinta daquelas vistas no primeiro tipo de sociedade. Nesta sociedade a produção é baseada na inovação técnica contínua e no crescimento vertiginoso dos recursos produtivos e da produção (GELLNER, 2000:114-115). Os tipos de legitimação presentes neste tipo de sociedade são: o crescimento econômico e a nacionalidade, diferentemente do primeiro tipo de sociedade que seria feito a partir da coerção e do consentimento. Assim, o crescimento econômico deve ser o princípio a ser perseguido por qualquer que seja o regime presente nesta sociedade, e em segundo lugar a nacionalidade. Porém antes de analisar estes dois princípios mais a fundo, é necessário apresentar algumas importantes diferenças entre este tipo de sociedade e a sociedade agro-letrada.

Na sociedade industrial avançada não há presença do traço malthusiano, pois o crescimento econômico suplanta o crescimento demográfico (que tende a estabilizar-se, diminuir ou até a desaparecer). A progeneração, em contraste ao primeiro tipo de sociedade, não recebe, portanto tanta importância, pois a força de trabalho sofre alterações, assim como os exércitos deixam de focar na “quantidade” e voltam-se para a “qualidade”, com treinamento e sofisticação tecnológicos. O trabalho, que fora essencialmente desprestigiado por seu caráter estreitamente manual (aplicação de força para transformação de matéria) no primeiro tipo de sociedade dá lugar a um novo tipo de trabalho manual, só que agora de controle de maquinário ou de domínio de alguma técnica, revelando assim uma adaptação às novas inovações tecnológicas feitas neste tipo de sociedade. Assim, o papel da educação neste tipo de sociedade é amplamente revisto. Esta “cultura superior”, a educação, torna-se difundida e necessária (GELLNER, 2000:115-6).

A cultura superior, pelo autor, é vista como organizada e padronizada, passada por um conjunto de pessoas letradas, com apoio crucial da escrita. Segundo o autor, o próprio nacionalismo seria passado a partir do emprego da escrita, além de as novas técnicas e emprego de tecnologia também fazerem o uso desta nova ferramenta. Sendo assim, a importância da disseminação da educação, assume lugar que vai além do simples objetivo de ampliação de horizonte cultural individual (o *status*), mas baseia-se

na nova interação econômica, que exige maior qualificação técnica por parte dos indivíduos para que possam adentrar o novo tipo de produção (GELLNER, 2000:116).

É importante ressaltar que nas passagens utilizadas o autor não apresenta uma definição muito clara ou delimitada do que seria esta "cultura superior" que, por vezes é, no texto, sinônimo de "educação". Cabe na análise aqui feita, não discutir especificamente as limitações ou amplitude destas definições, porém, tomar a ampliação do acesso à informação, à formação técnica como um fator presente neste novo tipo de sociedade apresentado por Gellner (2000).

Assim, neste novo tipo de sociedade, existe uma necessidade de padronização da cultura, que deverá ser partilhada. Neste ponto, segundo o autor, a proliferação de subculturas internas não seria encorajada e seria inibida. Partilhar da mesma cultura superior seria condição para a consecução da própria dignidade e moral, seria a possibilidade de fazer parte desta ampliada "linguagem cultural". Segundo o autor, o indivíduo ao procurar pertencer a esta cultura superior seria nacionalista (GELLNER, 2000:117).

Porém, antes de adentrar neste aspecto, é necessário situar um importante aspecto: o econômico. Preponderantemente, este seria o principal fator a legitimar a ordem social. A busca pelo crescente crescimento econômico é, assim, o primeiro fator. Como para o crescimento econômico é necessário a descoberta de novas técnicas, pesquisas e capacitação mais ampliada, a padronização da cultura apresenta-se como fator de destaque, uma vez que esta seria a responsável pela transmissão dos conhecimentos necessários para a própria ampliação e partilha dos conhecimentos das mais diversas áreas (GELLNER, 2000:117-8).

Gellner (2000) aponta para as constantes mudanças da estrutura ocupacional nesta sociedade, que trariam certa instabilidade a suas estruturas burocráticas. Há a ideia de os postos nesta burocracia deverem ser preenchidos de forma meritocrática e não na forma anteriormente preenchidos na sociedade agro-letrada, baseada no fator hereditário, altamente restrito. Assim, segundo o autor, este segundo tipo de sociedade seria mais igualitário, por permitir a maior entrada de indivíduos em ambientes antes circulados apenas por indivíduos com *status* para tal. Mais uma vez, poder-se-ia problematizar esta ideia de crescimento da igualdade presente nas contribuições teóricas do autor, porém, ateremo-nos à constatação de que, comparativamente, este segundo tipo de sociedade apresenta, em relação ao primeiro tipo de sociedade apresentado pelo autor, mudanças amplas e de fácil percepção. O simples fato de os cargos serem "abertos" a indivíduos

não necessariamente participantes de um grupo hegemônico "a" ou "b" já sinaliza diferença importante na comparação entre os tipos sociais (GELLNER, 2000:117-9).

Um ponto importante levantado por Gellner (2000) é o de que o ônus da padronização da cultura recai sobre o Estado, além da responsabilidade que vem junto a isto: a de formar "seres humanos socialmente aceitáveis e economicamente operacionais" (GELLNER, 2000:119). A partir daí, Gellner (2000) aponta que toda cultura objetiva formar-se em um Estado, ou seja, segue-se a ideia de "para cada cultura um Estado", e vice-versa (*Idem*).

A nacionalidade, portanto, recebe meios de se formar e de se apresentar a partir desta passagem de estágio, da sociedade agro-industrial para a industrial avançada. A primeira não oferecia condições para o estabelecimento da nacionalidade, uma vez amalgamando diferentes culturas e perpetuando uma restrita como sendo a superior; e relegando as outras como subculturas dentro de um mesmo domínio político, baseado na coerção e consentimento. Na gradual passagem para a sociedade industrial avançada, foi possível fornecer as condições para o estabelecimento da nacionalidade, isso possível graças à ampliação e padronização da cultura superior. Assim, a noção de cultura superior, partilhada por variados indivíduos que reconhecem seu vínculo para com esta cultura, ou mesmo uma cultura inferior que reconheça seu vínculo a uma cultura superior, possibilitaram a formação da ideia de "nação", segundo o autor (GELLNER, 2000:124).

É de suma importância apontar que a era do nacionalismo para Gellner (2000) é em mesma medida a era do irredentismo, ou seja, a aplicação da ideia de "uma cultura, um Estado", onde a anexação de territórios ou a demarcação da própria área geográfica, com base em identificação étnica ou de anterior posse histórica, que pode ser verdadeira ou não, assume centralidade, principalmente a partir do início do século XIX (GELLNER, 2000:124).

CAPÍTULO 2 – A CHEGADA À AMÉRICA

2.1. Uma breve análise dos caminhos do nacionalismo na América espanhola e portuguesa no século XIX

Adquire justa relevância apresentar um breve panorama do nacionalismo na América espanhola e portuguesa. Entender a formação e a difusão do nacionalismo no “Novo Mundo”, mais marcadamente na parte sul, é buscar as raízes do nacionalismo, fenômeno social a que este trabalho se propõe analisar.

Diferentemente do que se deu na Europa, o nacionalismo americano formou-se em um contexto social diverso daquele encontrado no Velho Mundo. A condição de colônia às unidades aqui presentes, em si, já traz consigo temáticas particulares ao caso sul-americano, em comparação ao europeu. Um ponto a se destacar é que, em muito, as independências no continente americano foram feitas ou organizadas politicamente pela elite *crioula*, ou seja, por descendentes ou mesmo europeus (claro que, em alguns exemplos, não totalmente ou exclusivamente por eles). Assim, o nacionalismo nesta parte do mundo deu-se em condições que merecem ser colocadas à vista, embora de forma breve e, conseqüentemente, não devidamente aprofundada como o tema, por sua importância e densidade, merece.

Adquirindo florescimento a partir do século XVIII, marcadamente com a Revolução Francesa e as novas concepções acerca da formação do Estado-nação moderno, o nacionalismo espalhou-se pela Europa e posteriormente atingiu as Américas. Já no fim do século XVIII, as ideias vindas da Europa já enrobusteciam o patriotismo nativista já presente e influenciaram, também, o surgimento de variedades de protonacionalismo que buscavam a independência. Este quadro pode ser visto na América em vários locais, porém, a experiência brasileira mostrou-se diferente. O processo de independência ocorrido no Brasil não foi de total ruptura, quando contrastado com os países vizinhos do continente (ANDERSON, 2011:84).

Inicialmente, para se analisar os nacionalismos americanos, é importante ter em mente que os processos ocorridos no continente americano, geralmente, segundo Anderson (2011), são estudados tendo como motivos primordiais: o controle crescentemente rígido da Espanha e a difusão de ideias liberalizantes pelo continente. Não há de se negar que esses dois fatos são, em si, muito importantes, principalmente

no tocante aos países de domínio espanhol. O aumento do controle de Madri explica as vultuosas remessas em impostos que eram enviados para a Coroa no continente europeu. Por exemplo, o México, no início do século XVIII, em impostos, enviava à Coroa a soma de aproximadamente 3 milhões de pesos. Entretanto, no fim do mesmo século o país passava a repassar 14 milhões, ou seja, quase o quádruplo (ANDERSON, 2011:89). O quadro de insatisfações com a Coroa não era diferente no Brasil. O século XVIII neste país presenciou importantes movimentos de rebeldia. Porém o regionalismo ainda sobrepunha-se ao “nacional”. Exemplos, no Brasil, como a Inconfidência Mineira (1789), a Conjuração dos Alfaiates (1798) e a Revolução de Pernambuco (1817) são exemplos importantes das insatisfações em solo brasileiro em relação à Coroa portuguesa. Porém, tais movimentos (e não foram os únicos do período, aliás) assumiram feições mais regionais do que propriamente nacionais. Em primeiro lugar, clamava-se o “mineiro”, o “baiano” e o “pernambucano”, só depois se clamava o “brasileiro” (FAUSTO, 2015:99). Porém, há de se fazer referência a outros fatores que, no caso, americano, principalmente na América do Sul, são de grande valia explicativa.

Primeiramente, é importante salientar que a língua não era um fator de diferenciação entre a metrópole e a colônia, uma vez, como citado, a elite e as camadas populares eram, em boa parte, descendentes ou estrangeiros; logo, compartilhavam da mesma língua. O fluxo de informações, seja com a vinda da imprensa (no caso brasileiro juntamente com a família real em 1808) ou com o desenvolvimento das comunicações transatlânticas favoreceu a difusão das ideias liberais que circulavam pela Europa. Como aponta Anderson (2011), tal difusão espalhou pelo continente americano um *republicanismo*, onde não se tentou aplicar o mesmo princípio monárquico que fora amplamente vigente na Europa pós-Revolução das Ideias; com a devida exceção do Brasil, que se tornou Império, mas neste caso, com a própria vinda da família real. Um ponto importante que deve ser destacado é o de que desde o século XVI, as novas repúblicas da América do Sul eram unidades administrativas, que possuíam suas atividades econômicas e seus desdobramentos de ordem social. Entretanto, as dificuldades de comunicação e transporte no continente antes da era industrial criaram regiões geograficamente e economicamente distantes entre si. As diferenças de relevo, climáticas e a própria política de Madri (exclusividade comercial para com a metrópole), por exemplo, influenciaram esta relativa autossuficiência entre as unidades.

Porém, como abordado por Anderson (2011), somente o estabelecimento de uma unidade administrativa não cria por si só lealdade a esta. Neste ponto, o autor apresenta

a importância do “significado” que pode ser criado a partir da operação destas unidades administrativas. A condição de crioulo e de peninsular (nascido na Europa) trazia uma diferenciação irremediável: nascer na América é necessariamente não ser espanhol, assim como nascer na Europa é necessariamente não ser americano. Assim, mesmo compartilhando da mesma língua, e basicamente os mesmos costumes e cultura, os filhos de espanhóis e portugueses (assim como os de outros países europeus) nascidos na América eram virtualmente diferentes dos nascidos na Europa, e de certo não seriam igualmente capazes, em comparação aos metropolitanos, de ocupar elevados cargos (ANDERSON, 2011:97-8).

Anderson (2011) aponta que a exclusão dos nascidos na América, em boa parte, encontrou “fundamento” nas teorias de contaminação ecológica e biológica que marcaram o expansionismo europeu desde o século XVI (ANDERSON, 2011:98). Mas ao mesmo tempo, embora houvesse este afastamento entre peninsulares e crioulos, estes últimos, em comparação aos indígenas encontrados no continente (mais fáceis de serem subjugados, catequisados ou “conquistados”), compartilhavam, basicamente, de todas as ferramentas utilizadas na Europa: sabiam manusear armas, estavam a par das mesmas ideias sociais, e possuíam influência econômica destacada. Ou seja, os crioulos, embora postos em posição menos elevada em relação ao prestígio social, possuíam meios de ação, pois podiam defender-se com certa igualdade da metrópole (ANDERSON, 2011:98-99).

Perpassando a formação do nacionalismo brasileiro, como acima fora brevemente exposto, a influência europeia fez-se presente e atuou como matriz ideológica, embora, como será aprofundado mais à frente, não exaure, em termos de modelo, a complexidade deste fenômeno no Brasil.

Diferentemente de seus vizinhos sul-americanos, o nacionalismo brasileiro obteve uma roupagem menos decisiva no processo de Independência, uma vez que esta fora feita de forma pouco turbulenta, sem um caráter revolucionário, seguindo a estrutura monárquica da Casa de Bragança. Este fato apresenta-se como um fator explicativo do tardio surgimento do nacionalismo brasileiro e também um traço distintivo deste país em relação às repúblicas sul-americanas (LAUERHASS, 1986:19-20). Outro ponto a ser levantado é o de o nacionalismo desenvolvido no Brasil não ter adquirido uma forma violenta, não tendo se formando a partir da presença de uma “ameaça externa”, mas sim a partir de crises internas. A roupagem característica

assumida pelo nacionalismo brasileiro é a do desenvolvimento cultural da nação e o fortalecimento econômico (LAUERHASS, 1986:19-21).

A Independência, em parte, representou vitória em favor de certos grupos brasileiros mobilizados, porém, por outro lado, com o início do Império, passando pela Abdicação, pela Regência e mais tarde, em 1840, para o Segundo Reinado, viu-se no Brasil, naturalmente, uma modalidade de *Ancien Régime* "domesticado" que servia, também, aos interesses da aristocracia nativa. A produção agrícola em larga escala (no sistema extensivamente de *plantations* na cana-de-açúcar), desempenhado por esta aristocracia, apresentava-se como o sustentáculo da economia brasileira frente ao mercado internacional. Embora houvesse esta interligação e o crescente dinamismo do comércio internacional, a presente autonomia nos limites das grandes propriedades favoreceu a estabilidade do Império, mas não estimulou o desenvolvimento de uma coerente direção nacional (LAUERHASS, 1986:20).

CAPÍTULO 3 – O NACIONALISMO NO BRASIL

3.1. O caso Brasileiro

A análise do nacionalismo brasileiro, seu início, seu desenvolvimento e seu alcance e consequências merece, seguramente, mais amplo espaço de análise. Dadas as limitações que trabalhos desta natureza acadêmica, inerentemente possuem, o espaço temporal analisado cobrirá (ou tentará, da melhor maneira fazê-lo) os anos de Getúlio Vargas à frente da nação. Sem dúvidas, a Era Vargas traz-nos rico material de análise neste tema tão frutífero e que ainda carece de alguns aprofundamentos em certas áreas.

O nacionalismo por si só já apresenta, como ponto comum entre estudiosos, ainda uma vasta área de análise a ser percorrida e exaurida. Consequentemente, o estudo do nacionalismo brasileiro também apresenta lacunas e oferece ainda vasto território para estudo.

A proposta deste trabalho é apresentar importantes teorias do Nacionalismo, aplicá-las ao caso brasileiro e possibilitar a análise deste fenômeno à luz de diferentes marcos teóricos.

Período emblemático na História do Brasil, é ponto comum que a Era Vargas, para bem ou para mal, apresenta-se como período de grande importância e que trouxe dinâmicas ímpares para a realidade do país. Uma época em que o nacionalismo assumiu definido florescimento e o Brasil pôde modernizar-se, além de representar uma nova fase da República brasileira, menos ligada ao localismo das elites e mais focalizada no desenvolvimento nacional.

Um dos estudiosos do nacionalismo brasileiro no período Vargas, Ludwig Lauerhass Jr. oferece em sua análise o conceito de nacionalismo, que seria um sistema em que o Estado-nação seria o grupo mais elevado na ordem social e devido a isso seria o foco primeiro de lealdade dos cidadãos e seria o detentor da legitimidade de tomar as decisões finais na direção dos negócios humanos (LAUERHASS, 1986:17). Assim, para o autor, o nacionalismo baseia-se na lealdade dos cidadãos e na visão de o Estado ser a entidade responsável pela condução do desenvolvimento. Porém, o autor subdivide o nacionalismo em três tipos, que se inter-relacionam, embora se diferenciem: o nacionalismo ideológico, institucional e popular.

O nacionalismo ideológico segundo Lauerhass (1986) seria o contido nos escritos, tais como panfletos, manifestos e livros. Seria focado na crítica à nação existente e num planejamento para uma renovação desta. No período tratado são vários os exemplos que podemos dar deste tipo de nacionalismo. Entre alguns intelectuais focados na “questão nacional” podemos destacar Gilberto Freyre, Caio Prado e Sérgio Buarque. Embora com enfoques diferentes, estes autores e outros mais, dedicaram-se a escrever sobre o Brasil, seja de forma mais romântica com Freyre ou de forma mais crítica menos romantizada com Caio Prado e Sérgio Buarque.

A segunda manifestação de nacionalismo apontada pelo autor, o institucional, embora não seja em si uma instituição, assegura:

“...a base para um movimento de massas, um partido político, uma constituição [...] pode ser institucionalizado simbolicamente em bandeiras, festividades, monumentos, canções e preces, ou pode ser personificado em heróis nacionais” (LAUERHASS, 1986: 18).

Nesta segunda forma de nacionalismo vemos a importância da simbologia, na tentativa de “[...] se ver o que não pode ser visto” (HOBSBAWM, 1990:74). É inegável que a construção destes símbolos também auxilie na construção da comunidade imaginada, elaborada por Benedict Anderson (1991).

A terceira manifestação do nacionalismo, segundo Lauerhass (1986) é o popular. Neste tipo, seria manifestado pelos cidadãos que possuem a ideia de a nação possuir supremacia. Em tempos de crise esta ideia de supremacia da nação seria proclamada com mais entusiasmo, e em tempos, normais, seria conservada de maneira perene (LAUERHASS, 1986: 18).

Para analisar o nacionalismo brasileiro nos tempos de Vargas à frente da nação é de grande importância notar a maneira pela qual sua candidatura fora lançada. Primeiramente, desembocando na Revolução de 30, os estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, lançam a candidatura de Vargas pela Aliança Liberal, que simbolizava os interesses das classes regionais dominantes não ligadas ao núcleo cafeeiro e tendo, também, como objetivo o alcance às classes médias urbanas (FAUSTO, 2015: 273). O apelo político inicial, por parte de Vargas, fora visivelmente regional, como o exemplo simbólico de sua posse sugere: com seu chapéu dos pampas, seguido por 3 mil soldados gaúchos a cavalo (FAUSTO, 2015: 278). Assim, primeiramente notamos que a

articulação política das lideranças mineiras e gaúchas formou-se inicialmente a partir do descontentamento com o então presidente Washington Luís, que passara a apoiar outro paulista à sua sucessão, Júlio Prestes (quebrando a “lógica” da conhecida “política do café com leite”). Há de se mencionar o assassinato de João Pessoa como fator que impulsionou os movimentos da Aliança Liberal, assim como o decisivo papel de lideranças do Exército. A deposição de Júlio Prestes após sua vitória nas eleições abriu o caminho para a Era Vargas.

3.2. O nacionalismo nos primeiros anos da Era Vargas

Primeiramente, ao analisarmos a Revolução de 30 que alçou Vargas à presidência, notamos um caráter que mais posteriormente ficará claro sobre o nacionalismo brasileiro: o caráter não violento e de acomodação sócio-política (LAUERHASS, 1986:21). Ou seja, os acontecimentos políticos do fim da década de 20 e início da década de 30 deram-se de forma, comparativamente a grande parte das revoluções em outros países sul-americanos, menos violenta. O segundo aspecto mostra-nos que o papel da acomodação sócio-política encontra-se na constatação de não ter havido grandes rupturas ou abalos na “ordem” social. Outro ponto que precisa ser re-colocado é o de o nacionalismo brasileiro não ser fruto de ameaças externas, mas antes de crises internas e basear-se primeiramente no desenvolvimento da nação culturalmente, em emancipação, e no desenvolvimento econômico, em busca de modernização (*Idem*).

Os primeiros anos da Era Vargas são marcados por “fluidez e confusão”, nas palavras de Lauerhass (1986: 83). Este primeiro momento recebeu influência de diversos setores sociais e experimentou mudanças marcantes no país, no qual o movimento modernista e a produção intelectual, em si, dinamizaram o desenvolvimento do nacionalismo brasileiro em muito a partir de seu compromisso social (*Idem*). Um ponto levantado pelo autor é o de neste início, com as divisões políticas fruto das mudanças institucionais recém-tomadas, duas esferas da via social passaram a interagir mais de perto: a intelectual e a política-nacionalista. Nesta maior proximidade entre estas duas esferas intensifica-se a produção de ensaios sobre o Brasil e seus problemas, a fim de se procurar caminhos para o seu fortalecimento, marcando o desenvolvimento

do compromisso social dos intelectuais, ao mesmo tempo que os atores mais inseridos no sistema político buscavam estes últimos para conseguirem apoio ideológico para a legitimação do novo regime que se iniciara. Assim, o primeiro espírito do nacionalismo nestes primeiros anos foi o de construção de uma nova ordem, ao invés de ataques ao *status quo* (LAUERHASS, 1986:83).

Lembre-mos que em 1929 o *crack* da bolsa de valores norte-americana atingiu fortemente o Brasil. A fragilidade e pouca diversidade da economia brasileira frente ao sistema econômico internacional fez-se visível. Assim, a partir do restabelecimento da ordem política, fez-se necessário pensar a questão nacional, estudar os problemas sociais e econômicos, à altura, já escancarados. Pensar o Brasil tornou-se atividade amplamente difundida na intelectualidade do país, de forma pessimista ou otimista. O caminho para o fortalecimento do Estado, nesta conjuntura, foi o maior intervencionismo na economia. Até a chegada do Estado Novo em 1937, o nacionalismo brasileiro ganha robustez, até o seu momento de mais força, a partir de 37. Assim, os desdobramentos iniciais do nacionalismo brasileiro, primeiramente mais marcadamente ideológicos e simbólicos do que populares, no conceito de Lauerhass (1986) foram se estruturando até a chegada de sua forma mais estruturada, no Estado Novo.

Com o fim da República Velha e a descontinuidade da "política dos governadores", o nacionalismo encontrou reais condições de desenvolvimento, assumindo um papel político central. Houve um fortalecimento mútuo do nacionalismo e da revolução e, conseqüentemente a decadência do regionalismo. A crise mundial de 1929 trouxe profundos impactos na economia nacional. O setor cafeeiro foi afetado frontalmente devido às baixas do preço desse produto. Assumindo um caráter mais intervencionista, o governo passa a repassar mais subsídios ao setor. Um exemplo representativo da política de proteção à produção cafeeira é a criação do Conselho Nacional do Café (CNC), que dá lugar ao Instituto do Café do Estado de São Paulo, em 1931, e posteriormente é substituído pelo Departamento Nacional do Café, em 1933, federalizando-se oficialmente a condução do setor cafeeiro (FAUSTO, 2015: 285). Ao mesmo tempo, houve decréscimo das reservas monetárias do Brasil no exterior e esgotamento das fontes de crédito, somada ao desfavorecimento da taxa de câmbio, com a visível dificuldade de o país manter o pagamento da dívida externa. Assim, a importação de produtos é diminuída. Porém, em meio a este quadro de crise econômica, podemos destacar um ponto positivo: a partir de então o governo reagiu estimulando o

crescimento da indústria nacional para possibilitar a substituição de importações. Vale frisar que neste contexto de fragilidade, o governo assumiu papel central na direção da economia, enfrentando crises e intervindo pragmaticamente (LAUERHASS, 1986:85).

Assim, em meio à mudança da velha ordem da República Velha, carregadamente regionalista, às mudanças no plano internacional, a crise, e à fragilidade da economia nacional vista de forma visível, a década de 30 apresenta-se como momento de grande importância na história do Brasil. O momento era de reconstrução e fortalecimento nacional. E, para isso, o nacionalismo caberia perfeitamente. Porém, o plano ideológico ainda não se apresentava de forma totalmente clara. A mudança da antiga ordem suscitou o exercício de se pensar o Brasil, mas com isso, foi visto também uma multiplicidade de teorias nacionais e influências estrangeiras (como o comunismo e o fascismo, por exemplo). Os primeiros anos até a chegada do Estado Novo, no campo do nacionalismo, podem ser marcados por esta confusão e multiplicidade de ideias.

Neste caldeirão de novas ideias e formas de se estudar o Brasil, a produção intelectual alcançou um de seus auge. A publicação de séries de livros como a "Brasília" de Fernando de Azevedo, que fora fortemente influenciado pelas ideias de Euclides da Cunha, e a "Coleção Azul", editada por Augusto Frederico Schmidt entre 1932 e 1933, que explorava o caráter ideológico no estudo do país possuindo várias interpretações sociais em suas edições. A coleção "Brasília" teve mais de cem volumes publicados de 1931 a 1937. Estes fatos sugerem a vigorosidade no trabalho intelectual da época. Sem contar obras e outros intelectuais engajados em pensar o Brasil, como, os já citados, Sérgio Buarque, Caio Prado e Gilberto Freyre.

Se no plano da produção intelectual é notório o dinamismo, o plano político, por sua vez, era mais caótico, com o governo ainda não nitidamente nacionalista (LAUERHASS, 1986:86). Um dos fatores que são explicativos deste momento caótico são os conflitos internos na coalizão de Vargas, seja pelas dissensões, os conflitos entre nacionalistas liberais-democratas e autoritários, a reorganização de forças antinacionalistas, contra-revolucionárias, culminando na Guerra Civil com São Paulo no ano de 1932. Outras correntes ideológicas fortaleceram-se e ameaçavam o governo, como é o caso do fascismo e do comunismo.

A maturação do nacionalismo brasileiro em uma plataforma definida e centralizada formou-se gradualmente a partir de uma base ideológica pouco definida, ainda fortemente regional, embora, há de se dizer que a Aliança fora formada em reação ao regionalismo da política brasileira da época (como a exemplo da "política de

governadores"). Inicialmente o simbolismo regional ainda encontra-se facilmente percebido, mesmo com Vargas. Porém é importante perceber a proximidade do programa político de Vargas com as anteriores campanhas cívicas de Rui Barbosa. Ambas as campanhas baseavam-se na preocupação com a justiça social, a renovação dos costumes políticos, a asseguuração da prática democrática e reformas sociais. Entretanto, a derrota eleitoral de 1930 que empurrou a aliança para a revolução armada em busca da conquista do poder, seguida do alongamento da fase ditatorial, por pressão de alguns tenentes, ocasionou a perda de apoio a Vargas dos democratas ortodoxos do Partido Democrático de São Paulo (LAUERHASS, 1986: 95). Do ponto de vista do apoio em torno de sua plataforma, esta foi uma das mais sérias baixas sofridas pela aliança. Os políticos que recuaram apoio a Vargas somaram-se aos descontentes derrotados do sistema político anterior e em São Paulo, em 1932, rebelaram-se dando início à contra-revolução "Constitucionalista".

3.3. Igreja, educação e nacionalismo

Uma instituição que recebeu bastante destaque e atenção por parte de Vargas foi a Igreja Católica, principalmente nos primeiros anos de 1930. Notadamente uma instituição que acolhia um enorme número de fieis, a Igreja Católica situava-se como um importante ator. Entre alguns episódios simbólicos da proximidade entre a Igreja e o Estado, podemos citar a inauguração da estátua do Cristo Redentor no Corcovado em 1931 e um decreto do mesmo ano que permitia o ensino da religião nas escolas públicas de todo o Brasil. Tal aproximação não se deu sem levar em consideração aspirações de ambas as partes. Com a ajuda da Igreja, Vargas pôde receber grande contingente a apoiar seu governo; e com Vargas, a Igreja Católica pôde firmar-se como religião mais forte no país (FAUSTO, 2015, p. 284).

Assim, tanto Vargas como a Igreja beneficiaram-se neste período: o primeiro conseguindo uma ampla base de apoio popular advindo desta; e a segunda adquirindo vigor e firmando-se com supremacia perante outras religiões no Brasil. Abaixo podemos ver trechos do periódico, *A Tribuna*, datado da mesma época em que fora assinado o decreto pelo Executivo sobre o ensino religioso nas escolas públicas:

“Em todo o Brasil, após a jornada revolucionaria de outubro, formou-se a frente unica dos catholicos contra o laicismo da constituição brasileira, que é uma afronta ás tradições catholicas da nação inteira [...] Apesar das primeiras escaramuças ameaçadoras de um inimigo desleal, a idea incrementou-se e criou vulto na alma catholica de Pernambuco e a sua defesa continuou [...] Agora veio o triumpho. O Ministro Francisco Campos apresentou ao Presidente Provisório da Republica e este sancionou o projeto de ensino religioso facultativo nas escolas. Era uma aspiração da nação inteira que nasceu, viveu e continua catholica. O brasileiro rejeita o protestantismo que o dollar norte-americano quer nos impor para quebrar nossa soberania com o biblismo standardizado de uns quantos negociadores de nossas crenças [...] É por isso que a alma nacional vibra de alegria com o decreto patriotico que consulta os interesses espirituaes e sociaes da nação inteira porque só a moral catholica é que pode preparar uma nacionalidade forte, capaz de enfrentar as influencias perniciosas do atheismo destruidor e do bolchevismo que tenta avassallar e arruinar os povos (A TRIBUNA, 1931^a: 1).”

O trecho acima é bastante representativo dos interesses da Igreja Católica no período e também do papel da religião na condução da construção da nação como um todo, segundo a visão da própria Igreja. Sem entrar em uma avaliação de mérito desta passagem, é facilmente identificável o elo entre religião e nacionalismo. Ambos seriam partes integrantes e indissociáveis da nação. Outro fator importante a ser destacado encontra-se na última frase da passagem: a aversão ao comunismo. Esta será tratada na próxima parte deste trabalho.

Uma medida importante nas mudanças educacionais feitas a partir de 1930, foi a criação, neste ano, do Ministério da Educação e Saúde. Na República Velha, a educação era prerrogativa estadual, porém agora ela passava a ser feita de cima para baixo, com o governo federal como grande executor de sua política. O primeiro ministro da educação foi Francisco Campos, de 1930 a 1932, que mais tarde estaria a cargo de redigir a carta Constitucional do Estado Novo. Um dos focos das novas medidas do sistema educacional era o de ampliação da rede secundária e superior, para a criação de uma elite mais ampla, intelectualmente melhor preparada (FAUSTO, 2015:287-8).

Segundo Francisco Campos, a escola seria um instrumento para proteger e preservar a nação (LAUERHASS, 1986:138). A educação meramente liberal devia ser substituída por uma mais completa, comportando a instrução moral e cívica, a educação física,

juntamente com as outras disciplinas habituais. Seria necessário, segundo Campos, também investir-se na qualificação técnica. Assim, a educação não seria vista como um fim em si mesma, mas como força capaz de munir os cidadãos de capacidade para cumprirem suas obrigações para com a nação, de forma eficiente (*Idem*).

Entre algumas reformas no ensino secundário, podemos destacar a implantação deste em escala nacional. Basicamente, o que se tinha pelo Brasil eram cursos preparatórios para o nível superior, em algumas partes do país. Porém, com as mudanças, foi possível ter-se um currículo seriado, frequência obrigatória, ensino em dois ciclos, a emissão obrigatória de diplomas do ensino secundário, que seriam necessários para o ingresso no ensino superior. E, por sua vez, o ensino superior também pôde contar com a criação de novas universidades, dedicadas ao ensino e pesquisa. Como dito anteriormente, o objetivo era a criação de uma nova elite, melhor preparada para a nação. Há de se ressaltar a distância entre o plano inicial e a realidade, porém, a reforma teve grande significado e representou um marco (FAUSTO, 2015:287-9).

Vale destacar que as mudanças empreendidas pelo Estado no tocante à educação estiveram relacionadas com movimentos sociais, envolvendo a elite cultural e educadores. Estes, basicamente, encontravam-se divididos em duas correntes: os reformadores liberais e os pensadores católicos. Embora não tomando um lado específico, Vargas demonstrou maior proximidade com o grupo católico (FAUSTO, 2015:289-290).

Assim, retomando o pensamento de Francisco Campos, então Ministro da Educação, a educação seria elemento fundamental na preparação dos cidadãos para o crescimento e desenvolvimento da nação. Ao mesmo tempo, como pôde ser percebido no manifesto da Igreja Católica, é possível notar a relação percebida entre o nacionalismo e a religião, em especial, católica.

3.4. Fascismo e comunismo

A década de 30 é momento de grande circulação de ideias políticas no Brasil. A crise de 29, o advento do fascismo e do comunismo remoldaram concepções e influenciaram

diversos governos pelo mundo. No Brasil não fora diferente. Neste momento de se pensar o Brasil, várias influências externas fizeram-se sentir internamente.

Em meio a esta grande profusão de ideologias a circular no país, havia, na década de 30, segundo Lauerhass (1986) uma vontade generalizada de ordem e disciplina política (1986:96). Notadamente, os setores políticos mais autoritários, neste período, fortaleceram-se. A própria Aliança Liberal havia se transformado em um movimento militar. Vargas, visando à consolidação do Governo Provisório, confiou a vários tenentes papéis de confiança no governo. Deste modo, é fácil perceber que o autoritarismo começava a firmar-se como símbolo da política que seria tomada futuramente, com o golpe do Estado Novo.

Contudo, até a chegada do Estado Novo, o estado de confusão intelectual, em parte fruto da conjuntura internacional, fora visível. O fascismo e o comunismo figuram, então, como modalidades que possibilitariam ao nacionalismo brasileiro organizar-se de forma mais disciplinada (LAUERHASS, 1986:110). É justo dizer que o fascismo e o comunismo, desde os anos 20 já estava presentes no país, porém, é a partir da década de 30 que ganham mais significação e passam a ser aplicados para se analisar a situação social do país (*Idem*).

Um nome de peso no fascismo brasileiro foi Plínio Salgado, que em 1932 junto com outros intelectuais, funda a Ação Integralista Brasileira (AIB). O movimento baseava-se, em linhas gerais, na tomada de consciência no valor da nação e tinha como fundamento lemas como “Deus, Pátria e Família” (FAUSTO, 2015:301). O nacionalismo apregoado pela AIB era de matriz autoritária: negava a pluralidade dos partidos e a representação individual dos cidadãos (*Idem*). O movimento soube utilizar-se largamente de símbolos, fosse em passeatas, no culto à personalidade do chefe da nação e nas cerimônias de adesão, por exemplo (FAUSTO, 2015:302).

É importante ressaltar que o comunismo e o fascismo possuíam algumas similaridades, a saber: a crítica ao liberalismo do Estado, a valorização do partido único e o culto à personalidade do líder (FAUSTO, 2015:304). Porém, em alguns temas, como, por parte do comunismo, a defesa da reforma agrária, a crítica às religiões e a luta de classes, os separavam frontalmente. Esta dualidade, vale mencionar, simbolizava a já trazida rivalidade da Europa: o fascismo de um lado e o comunismo soviético de outro (*Idem*).

Como apontado por Lauerhass (1986), as influências do comunismo e do fascismo além de deixarem sua marca na história do nacionalismo brasileiro, também

possibilitaram a criação dos primeiros partidos políticos genuinamente nacionais portadores de ideologia e funcionalidade: o Partido Comunista do Brasil (PCB), que durante curto período de tempo seria ampliado formando a Aliança Nacional Libertadora; e a Ação Integralista Brasileira (AIB), já citada anteriormente (LAUERHASS, 1986:110).

Entretanto, seus modelos de direção por serem extensivamente dogmáticos, seguindo seus modelos estrangeiros, perdiam muito no quesito de adaptabilidade à realidade brasileira (LAUERHASS, 1986:111). É certo que os dois partidos fortaleceram-se devido à sua organização, porém Getúlio, estimulado pela crescente ameaça dos dois, enrijece seu comando e em 1937, neutraliza-os com o Estado Novo.

3.5. O Estado Novo e o auge do nacionalismo

A ditadura do Estado Novo apresenta-se como momento emblemático para o nacionalismo brasileiro. Diferentemente de sua fase anterior, nos primeiros anos do governo Vargas, esta segunda fase não pode ser definida a partir do supracitado “caos e confusão”. Este novo momento é marcado por uma política nacionalista definida, não meramente de crítica intelectual acerca dos problemas sociais brasileiros ou em movimentos organizados de oposição, mas como um propósito de governo na busca do desenvolvimento do país. O nacionalismo encontrava-se no centro das planificações econômicas e sob o controle dos dirigentes políticos (LAUERHASS, 1986 :132).

O nacionalismo praticado nesta fase da Era Vargas era de tipo autoritário, segundo Lauerhass (1986). Vargas, neste período, com a concentração de forças em sua mão conseguiu derrotar, ou no mínimo suprimir, seus inimigos políticos. Com o florescimento do nacionalismo e seu controle, Vargas assegurou para si maior avanço no plano popular, aumentando sua base de apoio.

Nesta nova fase política, o nacionalismo antes focado no plano intelectual transfere-se para o plano da ação. Pode-se perceber a maior participação de elementos militares na política. O pragmatismo pessoal de Vargas combinado com o autoritarismo deram os tons desta nova fase. Porém, é importante notar que dentro desse novo sistema político, muitos intelectuais passaram a ser ideólogos, propagandistas e apologistas do governo. Aqueles que se encontravam fora desse grupo foram exilados ou forçados a se calarem.

Como principal condutor da busca pelo desenvolvimento, o Estado uniu-se de grande preocupação sobre a economia, para superar o atraso, modernizar o país e conseguir maiores condições de alcançar o progresso econômico e social, visando desenvolver e fortalecer a estrutura interna e a independência internacional. A política externa brasileira sofreu influências para buscar ser mais independente e corajosa (LAUERHASS, 1986:133).

3.6. O nacionalismo e as relações exteriores brasileiras

Do ponto de vista das relações internacionais do Brasil, a instauração do Estado Novo fora bem recebida pela Itália e pela Alemanha. Por sua vez, nos Estados Unidos, inicialmente formou-se certa apreensão (CERVO, BUENO, 2015:264). Porém, com as devidas proporções guardadas, embora o Estado Novo também fosse uma ditadura e Vargas, pessoalmente, simpatizasse com os regimes totalitários europeus, o Brasil não assumiu uma postura que pudesse ser vista como um alinhamento ao Eixo quando da Segunda Guerra Mundial. Porém, vale frisar que no mesmo dia de instauração, Vargas suspendeu o pagamento da dívida externa e no ano anterior já havia firmado acordo econômico com a Alemanha. Porém, ao colocar a Ação Integralista Brasileira na ilegalidade, proibir os partidos e a participação de estrangeiros na política, Vargas atuou a fim de manter a autoridade do governo, controlando as forças políticas e agindo tendo o nacionalismo, abertamente proclamado, como central na condução do país ao desenvolvimento (CERVO, BUENO, 2015:266-7).

Outro fato que exemplifica esta nova postura frente a questões internacionais, com uma política externa relativamente mais independente e corajosa, é a neutralidade e o pragmatismo do Brasil durante os anos da Guerra. Durante essa fase, o governo brasileiro conseguiu obter vantagens econômicas e comerciais dos dois lados: a saber, os Estados Unidos e a Alemanha. A Alemanha carecia de matérias-primas brasileiras e o Brasil, por sua vez, poderia beneficiar-se de armamentos alemães. De fato, as trocas comerciais crescentes entre os dois países, preocupavam os Estados Unidos, que temiam o espectro do Reich no continente. Como resposta, os Estados Unidos fazem convite ao ministro das Relações Exteriores brasileiro, na época Osvaldo Aranha, para que este comparecesse ao país, na chamada “missão Aranha”. Os pontos abordados na extensa

agenda do encontro foram as relações políticas, comerciais e financeiras entre os dois países. O Brasil, por intermédio da assistência econômica, estaria atrelado ao sistema norte-americano. Esta colaboração econômica dos Estados Unidos, vale frisar, não se restringia apenas ao Brasil no continente, mas fazia parte da “política de boa vizinhança” apregoada pelo presidente Franklin D. Roosevelt. No fim de 1941 e início de 1942 o governo viu-se pressionado, inclusive por pressões populares a abandonar essa “equidistância pragmática” e alinhar-se claramente aos Estados Unidos (CERVO, BUENO, 2015:269). Entretanto o poder de barganha do governo brasileiro não se esgotara.

É certo que o comércio naval com a Alemanha diminuiu devido à presença da marinha inglesa no Atlântico, porém o plano de construção de uma indústria siderúrgica ainda poderia ser realizado pelo governo do Reich. Em contrapartida, em 1941, os Estados Unidos apresentaram proposta de novo plano comercial com o Brasil, onde este estaria comprometido em vender minerais estratégicos exclusivamente para os Estados Unidos. Ou seja, no plano econômico as negociações avançaram, porém no plano militar não se seguiu a mesma linha. Havia divergências quanto à presença de soldados norte-americanos no nordeste do Brasil e os Estados Unidos encontravam-se relutantes em vender armas para o país. A presença de simpatizantes do Eixo no seio do governo brasileiro não agradava o governo norte-americano (CERVO, BUENO, 2015:272).

Enquanto assumindo posição de neutralidade, o Brasil recebeu investimentos norte-americanos representativos. Por exemplo, Getúlio permitiu à empresa *Pan American Airways*, no início de 1941, que construísse e aprimorasse aeroportos na costa do Nordeste, onde passariam aviões ingleses em direção ao norte da África e norte-americanos em direção às Filipinas e Java (CERVO, BUENO, 2015:272-3). Tais investimentos representaram passos importantes do governo em direção à solidariedade com os Aliados e nas relações com os Estados Unidos.

Outros episódios são representativos da postura do Brasil frente às oportunidades que se apresentavam em meio às tensões da Segunda Guerra. Em 11 de Junho de 1940, a bordo do encouraçado *Minas Gerais*, Getúlio Vargas faz discurso, que dentre outras coisas, faz elogios aos sistemas totalitários europeus e prevê o fim das democracias (CERVO, BUENO, 2015:279). Naturalmente, o discurso ecoa negativamente em Washington. Porém, através da atividade diplomática, Vargas dá garantias de que o país continuaria na solidariedade pan-americana, objetivando amenizar o temor advindo de tal discurso (*Idem*). Porém, em 29 do mesmo mês, Vargas faz outro discurso, agora na

sede da Confederação dos trabalhadores Marítimos, reafirmando as ideias expostas no discurso polêmico de 11 de Junho, porém tomando a atenção de dizer que o Brasil não se afastaria da política de cooperação continental. Na ocasião, a França havia sofrido derrota para a Alemanha, e Vargas aproveitou a conjuntura propícia para ter o projeto da indústria siderúrgica avanço no país. Despertar o receio dos Estados Unidos, em face à possibilidade de a Alemanha cooperar com o projeto brasileiro, era o objetivo de Vargas (CERVO, BUENO, 2015:280). A estratégia deu certo, e as conversações com Washington sobre o projeto evoluíram, e a usina de Volta Redonda pôde se tornar uma realidade. A presença dos Estados Unidos na cooperação de tal projeto significou contraposição à possível influência econômica e militar alemã que se instalaria no Brasil. Vale frisar que o processo de industrialização que se desencadearia posteriormente no país, também traria grandes vantagens aos norte-americanos, uma vez que o mercado consumidor brasileiro aumentaria sua demanda por produtos desse país (CERVO, BUENO, 2015:281).

Em vista do exposto, é possível visualizar que o Brasil, por alguns anos e em período de tensão no plano internacional, conseguiu desenvolver relações tanto com a Alemanha como com os Estados Unidos. Podemos interpretar isto como fruto de uma postura, de certa forma, mais independente e corajosa do país frente à condução de seus tratados comerciais (LAUERHASS, 1986:133). As estratégias desenvolvidas por Getúlio Vargas possibilitaram este ganho ao dialogar com o Eixo e os Aliados.

3.7. O nacionalismo e a Guerra

A participação brasileira na Segunda Guerra Mundial fez-se processar mais em termos de política nacionalista e desenvolvimento das forças brasileiras do que como força necessária aos Aliados. Tal fato pode ser atestado em documento de 28 de janeiro de 1943, em que o Estado-Maior do Exército reconhece que a participação do Brasil no conflito armado não seria necessária ou decisiva (CERVO, BUENO, 2015:284). Porém, com a entrada do país no conflito fica visível os ganhos que o nacionalismo brasileiro receberia.

Um fato importante levantado por Hobsbawm (1990) pode ser facilmente visualizado à ocasião do conflito. A necessidade de se mobilizar os cidadãos para a

guerra é apresentada não de forma simplesmente patriótica ou heroica, mas como, nas palavras do autor:

“[...] uma ameaça, vinda do estrangeiro, aos ganhos cívicos próprios de seu lado ou de seus países; todos aprenderam a apresentar seus objetivos de guerra não apenas como a eliminação de tais ameaças, mas como, de alguma forma, a transformação social do país, no interesse de seus cidadãos mais pobres.” (HOBSBAWM, 1990:125)

Vargas, por sua vez, soube utilizar-se da conjuntura de conflito e fortalecer seu discurso nacionalista. Denunciando os ataques alemães, em 1942, a navios mercantes brasileiros, lançou um apelo à mobilização geral de forças do país, em recursos humanos e materiais. Pediu união dos brasileiros em favor da defesa nacional (LAUERHASS, 1986:148).

De modo geral, houve grande mobilização no país. Simbolicamente, soldados de todos os estados formaram as fileiras da Força Expedicionária Brasileira (FEB) com cerca de 25 mil homens. O contingente participou da fase final da campanha italiana. Vale mencionar que o Brasil foi o único país sul-americano a enviar tropas para o conflito e que a participação da FEB aumentou o prestígio internacional do Brasil (LAUERHASS, 1986:148-9).

No tocante aos ganhos materiais ao Brasil, a Força Aérea e o Exército puderam modernizar-se em escala ímpar. Os treinamentos de pessoal nos Estados Unidos, o aumento da capacidade militar, o já citado aumento de prestígio do Brasil internacionalmente e o orgulho incorporado ao sentimento nacional atuaram como forças favoráveis e fortalecedoras do nacionalismo brasileiro.

3.8. O nacionalismo como força motriz

O Estado Novo possibilitou a Vargas a centralização do poder em suas mãos, a diminuição da autonomia regional, assim como assegurou o nacionalismo como força motriz do desenvolvimento nacional. Nesta fase de oito anos, de 1937 a 1945, o nacionalismo manifestou-se das três formas abordadas por Lauerhass (1986): ideológico, institucional e popular (LAUERHASS, 1986:135). O “getulismo” conseguiu apoio de muitos segmentos sociais. É de fácil percepção o apelo a setores mais autoritários, para a mentalidade conservadora católica, para os membros das novas

classes econômicas com a crescente industrialização e para as massas urbanas, graças a sua atuação paternalista, vindo a ser tido como o “pai dos pobres”. Vargas veio, também, a conseguir apoio de ex-integralistas e liberais-democratas, devido às tendências reformistas apresentadas ao longo de sua gestão. Assim, Vargas foi capaz de forjar, até então, o maior consenso nacionalista já visto no país. O nacionalismo passara a ter valor central na vida política brasileira (LAUERHASS, 1986:135-6).

Um importante político-intelectual da época fora Francisco Campos, sendo, como citado anteriormente, o primeiro Ministro da Educação. Foi um dos responsáveis pela disseminação de ideias que justificavam o Estado Novo. Segundo seus discursos, o Estado Novo era necessário para se fazer cumprir os ideais da Revolução de 30, que via-se ameaçados pela instauração da desordem no país, com variadas ideologias e movimentos contra-revolucionários. A força, a disciplina e a eficiência seriam os atributos primordiais deste Estado (LAUERHASS, 1986:137).

Algumas medidas tomadas por Vargas merecem destaque, como, por exemplo, a criação de órgãos especializados (ferrovias, petróleo, minas, imigração, água, trabalho, energia, entre outros) e órgãos que visavam ao aperfeiçoamento da burocracia, como o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Este órgão não apenas fora implementado com o objetivo de modernizar a burocracia, mas de nacionalizar o serviço público, a exemplo do serviço militar, e criar uma elite “tecnicamente eficiente e apolítica – leal à hierarquia do departamento e ao Presidente” (LAUERHASS, 1986:144). Esta elite seria devotada apenas aos interesses nacionais, ou seja, apartidária e formada a partir dos critérios de eficiência, economia e racionalidade (FAUSTO, 2015:322).

A política trabalhista no Estado Novo seguiu, em muito, as diretrizes antes já apregoadas nos primeiros anos de Vargas. Porém, por sua vez, este momento pode ser analisado a partir de dois fatores: as iniciativas materiais e a formação da imagem pessoal de Getúlio, como o protetor dos trabalhadores (FAUSTO, 2015:318-9). No tocante a primeira variável, vale destacar que os sindicatos aproximaram-se ainda mais do governo, embora na mesma organização vertical já conhecida. A contribuição anual obrigatória, o imposto sindical, passou a ser o meio básico de financiamento dos sindicatos e de sua subordinação ao Estado. Com o imposto sindical, os sindicatos não precisariam ater-se a atrair mais uma massa de trabalhadores, pois o imposto já asseguraria a sobrevivência da organização (*Idem*).

Outro ponto importante a ser destacado é a introdução formal do salário mínimo, já anunciado desde a Constituição de 1934. Mas é apenas com decreto de 1940, que o país é subdividido em várias regiões para este fim e, de acordo com uma faixa variável a depender das peculiaridades regionais, estabeleceu-se um valor para o salário mínimo em cada uma dessas regiões (FAUSTO, 2015:319-320). Como fator ilustrativo do alcance da implantação de tal medida, podemos analisar o que representou a implantação do salário mínimo. Por exemplo, no Rio de Janeiro o salário médio fora fixado em 240 mil-réis mensais. Por sua vez, o salário médio pago no país, segundo censo de 1940, era de 205 mil-réis (*Idem*). Ou seja, inicialmente, o salário mínimo, de fato, representou medida palpavelmente positiva aos trabalhadores, embora não tenha se mantido assim ao longo dos anos que se seguiram (*Idem*).

A formação da imagem de Getúlio como o protetor dos trabalhadores contou com o uso extensivo de simbolismos, seja em cerimônias e ao uso intenso dos meios de comunicação (FAUSTO, 2015:320). Celebrações como o 1º de maio, que passaram a ser realizadas a partir de 1939, feitas em estádios de futebol, inicialmente em São Januário, o maior do Rio de Janeiro à época e, posteriormente, no Pacaembu em São Paulo; reuniam grande massa de trabalhadores. O rádio passa a ser também, instrumento de contato entre o governo e a população. A “Hora do Brasil”, onde semanalmente, o ministro do Trabalho fazia palestras cumpriu a função de aproximar a classe trabalhadora a Getúlio Vargas.

Como ilustração do extensivo de simbolismos, é de justa importância abordar a celebração do Dia da Bandeira que ocorreu no mesmo ano da instauração do Estado Novo. Na ocasião, as bandeiras dos estados foram queimadas, pois, segundo Vargas, já não mais havia pequenos ou grandes estados, mas sim apenas um grande Brasil (LAUERHASS, 1986:145). Vale mencionar que o Artigo 2 da carta constitucional do Estado Novo expressamente proibia o uso de bandeiras, hinos e símbolos que não os da nação. A figura de Vargas, pragmaticamente, soube valer-se destes simbolismos e proclamar sua política nacionalista largamente.

Como outras medidas visando coibir ameaças ao nacionalismo brasileiro, o governo Vargas promove, a partir da Segunda Guerra, uma política de abasileiramento, mais notadamente no sul do país. Temendo um possível surto de nacionalismo pangermânico, o governo passa a monitorar os estrangeiros de forma mais próximas. Estes, por exemplo, deveriam ser registrados na polícia e podiam ser deportados a qualquer momento, se desempenhassem atividades que pusessem em risco o Estado nacional

brasileiro; a imigração foi restringida por quotas a países e foi proibida a existência de jornais em língua estrangeira (LAUERHASS, 1986:147).

3.9. O fim do Estado Novo e o nacionalismo

A deposição de Vargas pelos militares que antes o apoiavam, em muito tem suas raízes mais na conjuntura internacional do que propriamente em crises internas (FAUSTO, 2015:326). A contradição existente em o Brasil ser uma ditadura em meio aos Aliados democráticos desde 1943 com o Manifesto dos Mineiros já ecoava pelo país (Idem).

Segundo Lauerhass (1986), o fim do Estado Novo comprometeu profundamente o triunfo do nacionalismo brasileiro (LAUERHASS, 1986:154). Naturalmente, no processo político, a estrutura autoritário fora desmanchada, enfraquecendo ou anulando muitos de seus rumos nacionalistas (Idem).

Findada a centralização política, houve o ressurgimento do poder estadual na figura de representantes eleitos e não mais de interventores nomeados por Vargas. Houve renascimento, no plano econômico, de valores liberais tomando o lugar do protecionismo que fora extensivamente praticado.

Nas palavras de Lauerhass (1986) sobre o fim do Estado Novo:

“(Com a queda de Getúlio) terminou a época mais decisiva no desenvolvimento do nacionalismo brasileiro – uma época que o nacionalismo deixou o reino da especulação intelectual para assumir um papel central na política, oferecendo uma estrutura viável para o desenvolvimento nacional” (LAUERHASS, 1986:154).

Assim, segundo Lauerhass (1986) a figura centralizadora de Vargas, no decurso da história do nacionalismo brasileiro do período, apresenta-se como fator fundamental. O nacionalismo neste período pôde receber muitas influências, mas a modalidade praticada e disseminada por Vargas apresentaria viabilidade apenas na montagem centralizadora pela qual operou.

CAPÍTULO 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

4.1. As teorias e o caso brasileiro

As três teorias acerca das nações e nacionalismo apresentadas no capítulo 1 deste trabalho, oferecem uma vasta possibilidade de análise do nacionalismo brasileiro. Por ser uma área com pouco consenso acadêmico acerca da própria definição do que seria o nacionalismo (NASCIMENTO, 2003:33), a riqueza que pode ser extraída ao se utilizar teorias distintas e aplicar a casos concretos permite uma importante variedade de formas de se entender uma realidade política.

Alguns pontos abordados por Hobsbawm (1990) merecem bastante destaque. Primeiramente, a visão de o nacionalismo ser o reconhecimento de um dever político para com uma nação, na qual o indivíduo enxergar-se-ia como participante, colocando a defesa deste dever em patamar de maior importância sobre outros interesses (HOBSBAWM, 1990:18-9) pode ser vista como uma das marcas do nacionalismo disseminado por Vargas. A educação no período analisado no Brasil, em muito, baseou-se neste reconhecimento de dever político, e instituições como o Ministério da Educação e até a Igreja Católica o visualizaram e objetivaram dar a sua contribuição para o preparo dos cidadãos. Assim, a visão de se ter que preparar os cidadãos para o cumprimento de seu dever enquanto tais, pode ser visto como um dos fatores presentes no nacionalismo brasileiro.

Outro ponto levantado por Hobsbawm (1990) que é a necessidade de se incluir constantemente os cidadãos nos assuntos do Estado é algo que pôde ser visto como uma preocupação de Getúlio. A política trabalhista, assim como a própria imagem que fora criada de “pai dos trabalhadores” e “pai dos pobres” mostram a proximidade que Vargas tinha das classes trabalhadoras. Os sindicatos, embora subordinados diretamente ao governo também serviram de instrumentos de comunicação.

No que tange à formação da nação como uma comunidade imaginada há muitos exemplos de fácil visualização que possibilitaram isto no Brasil. Primeiramente, o

desenvolvimento da imprensa e do rádio devem ser destacados. Embora houvesse o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), como um dos braços do governo a favor da censura a ideias contrárias, viu-se no Brasil um uso extensivo do rádio. A “Hora do Brasil” apresenta-se como um marco na história recente do país. Era possível, agora, a brasileiros das mais variadas regiões do país acompanharem os discursos políticos, as notícias da guerra e o noticiário, todos participantes desta imensa comunidade imaginada. A produção intelectual também apresentou inúmeras formas de se visualizar esta grande comunidade, que carecia de estudos e merecia análises para ser pensada. Os problemas sociais a serem combatidos, de forma geral, eram colocados como desafios para toda a nação. Nas palavras de Getúlio, o Brasil não seria feito de pequenos e grandes estados, mas sim de apenas um grande Brasil (LAUERHASS, 1986:145).

A presença do país na guerra, e o deslocamento de soldados advindos de todas os estados para o combate, também atuou, no período, como visualização desta comunidade: lutar contra uma ameaça comum na guerra também formaliza a comunidade imaginada.

Levando em consideração as mudanças políticas e econômicas ocorridas no país, desde a República Velha até o fim da Era Vargas, é fácil notar as mudanças que o país sofreu. A industrialização, a expansão do mercado interno, a urbanização, as mudanças na educação secundária e superior podem ser comparadas à passagem da sociedade agro-letrada para a industrial de Gellner (2000).

De fato, não se pode afirmar que as mudanças econômicas ocorridas no Brasil no período analisado podem ser totalmente aplicáveis à ideia de “sociedade industrial avançada” de Gellner (2000). O Brasil, no período, não era plenamente um exemplo de sociedade industrial avançada, mas alguns semelhanças ao modelo do autor podem ser vistas.

As mudanças no sistema educacional, por exemplo, embora imediatamente não tenham atingido a profundidade que almejavam, puderam representar uma certa abertura maior à instrução dos cidadãos. A cultura superior, nos termos de Gellner (2000), passava a ser mais democraticamente inclusiva. O ensino técnico, a organização do currículo e a criação de universidades para a formação de uma elite política mais alargada (FAUSTO, 2015:287-8) são elementos que demonstram uma mudança na direção da transição societal apresentada por Gellner (2000).

Um ponto importante levantado por Hobsbawm (1990) é o de que as nações geralmente são mais a consequência de um Estado estabelecido do que a sua fundação (HOBSBAWM, 1990:104). Portanto, as nações seriam formadas como tais após a criação do Estado e não o contrário. Porém, vale ressaltar, que o autor aponta que a mera criação de um Estado, em si, não é suficiente para a criação de uma nação (HOBSBAWM, 1990:105). Desse modo, ao Lauerhass (1986) ver comprometido o triunfo do nacionalismo brasileiro com a queda de Getúlio, sua mais alta expressão e disseminador, podemos ver a importância de uma figura centralizadora como Getúlio no nacionalismo brasileiro. Assim, a simbologia do líder autoritário, no Brasil do período, também foi instrumento possibilitador da criação do nacionalismo e da visualização da nação. Getúlio, sem entrar no mérito de suas ações, ao apresentar-se como figura central, de fato, conseguiu oferecer nova maneira de se criar o vínculo Estado e nação no Brasil.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

BOEMENY, Helena Maria Bousquet. Três decretos em um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

CERVO, Amado L.; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora UnB, 5º ed. 2015.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Ed. USP, 2015.

GELLNER, Ernest. *O advento do nacionalismo e sua interpretação: Os mitos da nação e da classe*. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

_____. *Nações e nacionalismo*. Rio de Janeiro: Editora Gradiva. 1993.

HOBBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. *A era das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

_____. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2. Ed., 2012.

LAUERHASS, Ludwig Jr. *Getúlio Vargas e o triunfo do nacionalismo brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1986.

NASCIMENTO, Paulo César. *Dilemas do nacionalismo*. *BIB – Revista brasileira de informação bibliográfica e Ciências Sociais*. São Paulo, n. 56, 2003.

SILVA, Paulo Julião da. *A Igreja católica e a questão educacional no Brasil durante a Era Vargas*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012. Tese de doutorado.